

AMBIENTE E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Zenilde Durli*
Marizete Rossana Aparecida Brasil**

Resumo

O trabalho apresenta estudo sobre a questão do espaço pedagógico na educação infantil. A análise incide sobre os Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil – volume II de 1998, os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil de 1998 e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil de 2006 que compõe o *corpus* documental da investigação. Busca compreender, por meio da análise de conteúdo, a concepção de espaço e ambiente nessas publicações oficiais dedicadas à educação infantil. Os resultados da pesquisa evidenciam que nos documentos oficiais os conceitos de espaço e ambiente são tratados como sinônimos, contrariando as produções teóricas sobre a temática e dificultando o entendimento por parte do professor sobre as especificidades de cada um deles e suas implicações no trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições de educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Espaço. Ambiente. Espaço Pedagógico. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

As evidências históricas revelam que a educação infantil no Brasil, até meados da década de 1970, apresentou crescimento relativamente lento, “[...] parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional” (KUHLMANN, 2000, p. 8). A partir das reformas educacionais postas em movimento, especialmente na década de 1990a do século XX, essa perspectiva vem perdendo espaço em

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina; atua na área de didática na Universidade Federal da Fronteira Sul; zenilde.durli@uffs.edu.br

** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; atua na área da Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Joaçaba; rossana-brasil@hotmail.com

razão do lugar que a educação infantil passa a ocupar no contexto da educação básica e também na produção intelectual da área da educação.

Conforme destaca Cerisara (2002), a LDB tomou por base a Constituição de 1988, que reconheceu o direito da criança ao acesso à educação infantil em creches e pré-escolas. “Essa lei colocou a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela.” (CERISARA, 2002, p. 326). Desde então, no processo de reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família, inúmeros documentos vêm sendo produzidos na direção de orientar as reflexões, ações e práticas nessa etapa da educação básica.

Alguns desses documentos se revelaram como fonte importante para o estudo das questões que envolvem a organização do espaço pedagógico na educação infantil. Assim, com base em autores que trabalham com os conceitos e o papel do ambiente e do espaço na educação infantil, desenvolvemos um estudo documental com o objetivo de analisar como esses conceitos estão postos nos textos oficiais que chegam às escolas no sentido de orientar a organização do espaço pedagógico. A partir deste objetivo, o *corpus* foi constituído por um conjunto de três documentos, a saber: i) Subsídios para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (SCFIEI); ii) Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); e iii) Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as instituições de Educação Infantil.

O estudo é relevante, especialmente para aqueles que atuam na educação infantil, pois aponta aspectos importantes implicados no trabalho do professor, estreitamente vinculados à organização do espaço pedagógico no qual interações diversas ocorrem. Discute as implicações de uma abordagem na qual espaço e ambiente são tomados como um mesmo elemento da práxis, obscurecendo especificidades e escamoteando responsabilidades.

2 SOBRE OS CONCEITOS DE ESPAÇO E AMBIENTE

Estudos de Zabalza (1998), Forneiro (1998) e Barbosa (2006) analisam o desenvolvimento do conceito de ambiente e espaço a partir de três dimensões. A primeira vincula-se aos aspectos estéticos – acolhedor, belo, proporcional; a segunda, aos funcionais – adequados, com recursos disponíveis, exercendo sua finalidade educativa; e a terceira, por fim, aos ambientais – o frio, o calor, a luminosidade, a segurança. Essas três dimensões estão implicadas, segundo os autores, no trabalho pedagógico

dos professores e na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças na educação infantil.

Para Zabalza (1998), a educação infantil tem características muito particulares no que se refere à organização dos espaços. O autor sinaliza que a infância precisa de espaços amplos, bem diferenciados, de fácil acesso e especializados, em que as crianças possam movimentar-se, interagir, viver e conviver, desenvolvendo-se integralmente. Salienta a necessidade de os espaços oferecerem oportunidades diversas de interação e de aprendizagem, sejam elas coletivas, envolvendo grupos de crianças e adultos, ou mesmo individualizadas, nas quais os objetos dispostos sejam o foco da atenção. Nas palavras do autor:

O espaço acaba tornando-se uma condição básica para poder levar adiante muitos dos outros aspectos-chave. As aulas convencionais com espaços indiferenciados são cenários empobrecidos e tornam impossível (ou dificultam seriamente) uma dinâmica de trabalho baseada na autonomia e na atenção individual de cada criança (ZABALZA, 1998, p. 50).

Forneiro (1998) estabelece, conceitualmente, uma distinção importante entre espaço e ambiente. Refere-se aos espaços como “[...] locais para a atividade caracterizada pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração.” (1998, p. 232). Os espaços, com seus qualificativos físicos, constituem locais de aprendizagem e desenvolvimento. O ambiente, por sua vez, corresponde ao conjunto do espaço físico e das relações que nele se estabelecem (FORNEIRO, 1998). O termo ambiente, procedente do latim, significa “ao que cerca ou envolve”; dito de outra forma, poderia ser assim definido:

Como um todo indissociável de objetos, odores, formas, cores, sons e pessoas que habitam e se relacionam dentro de uma estrutura física determinada que contém tudo e que, ao mesmo tempo, é contida por todos esses elementos que pulsam dentro dele como se tivessem vida. [...] o ambiente “fala”, transmite sensações, evoca recordações, passa-nos segurança ou inquietação, mas nunca nos deixa indiferentes (FORNEIRO, 1998, p. 233).

Essa autora estabelece quatro dimensões claramente definidas, mas inter-relacionadas para caracterizar o ambiente, a saber: a dimensão física, a funcional, a temporal e a relacional.

A primeira dimensão, a física, refere-se ao aspecto material do ambiente. É o espaço físico, suas condições estruturais, objetos e toda sua organização. Trata-se da arquitetura, da decoração, da forma como estão estruturadas as disposições de materiais e divisórias, o pátio, o parque infantil, as possibilidades de arranjos espaciais e físicos do que se denomina instituição de educação infantil.

A segunda dimensão, a funcional, relaciona-se com a forma de utilização dos espaços, sua polivalência e o tipo de atividade ao qual se destinam. Os espaços multifuncionais podem ser usados autonomamente pela criança, mas com a orientação do professor. Nesse sentido, um mesmo espaço pode assumir diferentes funções. Por exemplo: o tapete de uma sala de aula, que em um momento funciona como o lugar de encontro para o relato de histórias, da comunicação entre as crianças e o professor. Em outros momentos pode se transformar em canto das construções, do jogo simbólico, da música. É o espaço pedagógico em permanente construção.

A terceira dimensão, a temporal, trata da organização do tempo e, portanto, dos momentos em que serão utilizados os diferentes espaços. O tempo das diferentes atividades está necessariamente ligado ao espaço em que se realiza cada uma delas, como o tempo de brincar nos cantos, de comunicar-se com os outros na assembleia, de contar histórias, o tempo do lanche. A dimensão temporal pode ser entendida também como relacionada à organização da rotina de uma instituição de educação infantil.

A quarta e última dimensão é a relacional, que se refere às diferentes relações que se estabelecem dentro da sala de aula. Tais relações são influenciadas pelos diferentes arranjos instituídos, tais como: a distribuição dos alunos por faixa etária; a forma como se constitui a construção de regras na relação professor/criança; a divisão do trabalho que acontece no pequeno ou grande grupo; a interação do professor durante o desenvolvimento das atividades propostas. Todas essas questões e muitas outras configuram uma determinada dimensão relacional do ambiente (FORNEIRO, 1998). O ambiente, nessa perspectiva, é visto como movimento, e não como algo estático – um ambiente vivo, que existe à medida que os elementos que o compõem possam interagir entre si.

Para Barbosa (2006), “[...] um ambiente é um espaço construído, que se define nas relações com os seres humanos por ser organizado simbolicamente pelas pessoas responsáveis pelo seu funcionamento e também pelos seus usuários.” (BARBOSA, 2006, p. 119). O espaço físico, por sua vez, é o lugar de desenvolvimento de “[...] múltiplas habilidades e sensações e, a partir da sua riqueza e diversidade, ele desafia permanentemente aqueles que o ocupam. Esse desafio constrói-se pelos símbolos e pelas linguagens que o transformam e o recriam continuamente.” (BARBOSA, 2006, p. 120).

Ambiente e espaço são definidos nas suas especificidades e compreendidos pelos autores, e também por nós, como aspectos importantes a serem considerados nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, necessitando de estudo e planejamento para as dimensões que os envolvem. Considerando essas especificidades, analisamos os documentos já nominados buscando apreender o sentido dado aos conceitos de ambiente e espaço.

3 A CONCEPÇÃO DE AMBIENTE E ESPAÇO NOS TEXTOS OFICIAIS PRODUZIDOS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

O primeiro documento a tratar da especificidade dos espaços para a educação infantil foi o Subsídio Para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil- (SCFIEI), criado pelo MEC, em 1998, por iniciativa da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), da Diretoria do Departamento de Política da Educação Fundamental (DPE) e da Coordenadoria Geral de Educação Infantil (Coedi). Nesse documento, as referências ao espaço vêm delimitadas pelas denominações ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico. A princípio, tais denominações são tratadas como sinônimas e, na tentativa de compreendê-las, exploramos o documento.

A denominação de ambiente está expressa no documento como um conceito que prevê dinamicidade na sua organização, envolvendo espaços diversos na instituição, ou seja, o ambiente é considerado em uma dimensão mais ampla que o espaço, conforme expressa o excerto abaixo:

[...] o ambiente contemplará processos e produtos, que deverão ser planejados pelas (os) professoras (es), organizando o espaço e o tempo adequadamente para o convívio de todos os usuários e envolvidos. Desta maneira, as instituições de educação infantil estarão em permanente movimento, sempre aprimorando seu desempenho e construindo sua pedagogia (BRASIL, 1998a, p. 96).

Outra questão importante, que é possível depreender do SCFIEI, e mesmo dessa citação, refere-se à responsabilização do professor quanto à organização do espaço, como se ela estivesse atrelada exclusivamente à sua boa vontade, independentemente das condições físicas e materiais que a cerceiam e determinam. Esse protagonismo docente, em muitos contextos considerados como um fator de valorização do profissional, confere ao professor, a nosso ver, uma responsabilidade demasiada.

É papel do Estado suprir as condições estruturais e materiais adequadas à educação das crianças.

Porém, se por um lado a responsabilidade pelo provimento da estrutura física é do Estado, compreendendo aqui o papel dos entes federados no regime de colaboração, por outro é preciso considerar que essas estruturas compreendem concepções de espaço pedagógico e, portanto, não podem prescindir do olhar e intervenção do professor. Questões como a altura das janelas, a dimensão das salas, dos corredores, dos banheiros, bem como o tipo de mobiliário e materiais, incidem sobre o espaço pedagógico na direção de atender às necessidades das crianças no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com a concepção de educação do professor.

No que diz respeito ao uso da denominação ambiente, está dito no documento:

[...] as crianças pequenas e suas famílias devem encontrar nos centros de educação infantil um ambiente físico e humano, por intermédio de estruturas de funcionamento adequadas, como enfatizado em outros textos desta publicação, que propiciem experiências e situações planejadas intencionalmente, de modo a democratizar o acesso de todos, aos bens culturais e educacionais, que proporcionam uma qualidade de vida mais justa, equânime e feliz (BRASIL, 1998a, p. 68).

O ambiente é tomado nas dimensões física e humana na direção de estabelecer relações de convívio e conforto. Enfatiza a primeira delas quando destaca a necessidade de prover estruturas adequadas ao funcionamento das instituições.

A segunda ao salientar a necessidade de propiciar experiências e situações planejadas de modo possibilitar o acesso aos bens culturais e educacionais. Embora indireta, essa referência indica a necessidade de construção de projeto pedagógico pelas instituições dedicadas à educação infantil. Nessa acepção, o ambiente é compreendido como sendo mais abrangente que espaço físico, conforme podemos contatar na sequência (BRASIL, 1998a, p. 68).

Ao tratar do espaço físico e sua constituição, o documento assim se refere:

[...] que contenha equipamentos e mobiliários adequados. Neles é necessária a observância de exigências técnicas quanto ao tamanho, ventilação, som e iluminação dos aposentos. Não devem existir barreiras arquitetônicas para os deficientes

físicos e há necessidades especiais nas turmas regulares. Cada proposta pedagógica exige a presença de determinados materiais para as atividades e brincadeiras: jogos, papel, tinta, argila, livros infantis, aparelhos de som e imagem e outros recursos (BRASIL, 1998a, p. 91).

A ênfase está posta na questão dos equipamentos, mobiliários e materiais, diferindo do que ocorre quando se trata do ambiente, que inclui a dimensão humana e as interações. O espaço encontra destaque na medida em que pode influir no ambiente pelas possibilidades de interação que pode ou não oferecer de acordo com a sua organização. Pode possibilitar a interação criança/criança e criança/adulto, desde que contemple o convívio de crianças de várias idades entre si e também com adultos. Além das possibilidades de interação entre crianças e adultos, o espaço exige cuidados e especificidades que podem promover a interação da criança com o mundo externo, permitindo a visualização do que se passa lá fora: olhar a chuva, o sol, a neblina, os transeuntes, os animais; isto e muito mais pode ser considerado parte da organização, da rotina e processo educativo que se desencadeia na educação infantil. A adequação do mobiliário é outra questão extremamente relevante e, ao contrário da percepção que muitas escolas desenvolvem, é necessário planejá-lo considerando tanto as necessidades das crianças quanto as dos professores. Os móveis “grandes” e “pequenos” devem conviver no mesmo espaço, uma vez que a criança não terá, no convívio social mais amplo e familiar, uma estrutura sempre adaptada às suas necessidades. O documento revela um avanço na preocupação com essa organização:

[...] as instituições de educação infantil deverão ser espaços que garantam o imprevisto (e não a improvisação) e possibilitem o convívio das mais variadas diferenças, apontando para a arbitrariedade das regras (daí o jogo e a brincadeira serem essenciais nesta fase da vida), permitindo o exercício da contradição, da provisoriidade e da necessidade de transformações. (BRASIL, 1998a, p. 95).

Embora o termo seja bastante citado no documento, não há uma definição precisa para ele, já que se observam conceitos que enfatizam aspectos da organização, em uma dimensão mais alargada. Espaço e espaço físico são utilizados, em determinados momentos, para designar, além da estrutura material, a relacional e a funcional da instituição. Confundindo-se, portanto, com a noção de ambiente apresentada por Forneiro (1998), caracterizado pelas condições físicas, relacionais, funcionais e temporais. Em outros momentos, refere-se

às pequenas organizações das questões materiais, restringindo-se à parte física ou tratando dos arranjos de sala, dos banheiros, do refeitório, das mobílias, decoração, brinquedos e toda sua disposição, conforme se constata na citação:

[...] os espaços organizados devem dispor de boas condições de higiene nos sanitários, nos locais de atividades, no preparo de alimentos e na limpeza das roupas e dos brinquedos e demais objetos usados pelas crianças. (BRASIL, 1998a, p. 91).

Apesar de o documento mostrar-se pouco preciso em relação às denominações de ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico, ele trouxe para o debate a preocupação com a organização de políticas públicas que pensassem o espaço a partir de uma perspectiva pedagógica. A inserção de tal preocupação representa um avanço no sentido da construção de instituições que considerem as especificidades e necessidades infantis.

O segundo documento em análise é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), elaborado no ano de 1998, na ampliação das ações governamentais oriundas do governo Fernando Henrique Cardoso, quando as orientações dos organismos internacionais delineavam as discussões sobre a política educacional. De acordo com Cerisara (2002), é um documento produzido pelo MEC que integra a série de documentos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, criado para atender especificamente a educação infantil. É preciso verificar, no entanto, em que medida ele efetivamente garante as especificidades anunciadas e defendidas, considerando, especialmente, esse contexto de influência. A versão final desse documento está estruturada em três volumes: *Introdução*; *Formação Pessoal e Social* e *Conhecimento de Mundo*.

Os três volumes do RCNEI trabalham com as denominações ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico e, do mesmo modo como ocorre nos demais documentos, não apresentam uma conceituação clara desses termos. Nosso esforço é tentar compreender como eles vão sendo tecidos no corpo do texto, uma vez que acreditamos que não há uma diferenciação clara entre os termos “ambiente” e “espaço”. Ressaltamos e buscamos essa diferenciação, tomando como parâmetro os estudos de Forneiro (1998), que considera fundamental a compreensão, por parte dos professores, das especificidades de cada uma das denominações/categorias, bem como sua importância para a prática pedagógica. A construção de uma concepção de “espaço pedagógico” pelo professor e a diferenciação entre as denominações são fundamentais no âmbito do trabalho educativo.

A dimensão do conceito de ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico, no documento, está relacionada à prescrição e adoção de atitudes e procedimentos de cuidado, segurança, conforto e proteção. Nesse aspecto, no texto do RCNEI está dito que:

Ao organizar um ambiente e adotar atitudes e procedimentos de cuidado com a segurança, conforto e proteção da criança na instituição, *os professores* oferecem oportunidades para que ela desenvolva atitudes e aprenda procedimentos que valorizem seu bem-estar. Tanto a creche quanto a pré-escola precisam considerar os cuidados com a ventilação, insolação, segurança, conforto, estética e higiene do ambiente, objetos, utensílios e brinquedos. (BRASIL, 1998b, p. 51, grifo nosso).

Em outro momento do texto, em que são abordadas as condições para o desenvolvimento do trabalho com as crianças de zero a seis anos, está explícito: “[...] o *espaço* na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem.” Para tanto, considera

que o *espaço* seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos. Particularmente, as crianças de zero a um ano de idade necessitam de um *espaço* especialmente preparado onde possam engatinhar livremente, ensaiar os primeiros passos, brincar, interagir com outras crianças, repousar quando sentirem necessidade etc. Os vários momentos do dia que demandam mais espaço livre para a movimentação corporal ou ambientes para aconchegos e/ou para maior concentração, ou ainda, atividades de cuidados implicam, também, planejar, organizar e mudar constantemente o *espaço*. Nas salas, a forma de organização pode comportar *ambientes* que permitam o desenvolvimento de atividades diversificadas e simultâneas, como por exemplo, *ambientes* para jogos, artes, faz-de-conta, leitura etc. (BRASIL, 1998b, p. 69, grifo nosso).

Essa citação expressa as condições do ambiente e do espaço a partir de uma ideia de vitalidade. Um lugar em que professor e criança vivenciam suas experiências e aprendizagens. Mostra a importância da organização das possibilidades dos diferentes espaços que compõem as instituições de educação infantil. No entanto, evidencia claramente que trata os termos “ambiente” e “espaço” como sinônimos.

No caderno do RCNEI intitulado *Conhecimento de Mundo*, as questões relativas ao ambiente e espaço são tratadas conforme apresentamos na sequência:

[...] um *ambiente* aconchegante, livros de diversos gêneros, de diferentes autores, revistas, histórias em quadrinhos, jornais, suplementos, trabalhos de outras crianças, etc. [...] Para o desenvolvimento do jogo da escrita: no ambiente criado para os jogos de mesa, podem-se oferecer jogos gráficos, como caça-palavras, forca, cruzadinhas etc. Nesses casos, convêm deixar à disposição das crianças cartelas com letras, letras móveis etc. [...] Faz-de-conta: A criação de *ambientes* para brincar no interior ou fora da sala possibilita a ampliação contextualizada do universo discursivo, trazendo para o cotidiano da instituição novas formas de interação com a linguagem. Esse *espaço* pode conter diferentes caixas previamente organizadas pelo professor para incrementar o jogo simbólico das crianças, nas quais tenham diversos materiais gráficos, próprios às diversas situações cotidianas que os *ambientes* do faz de conta reproduzem, como embalagens diversas, livros de receitas, blocos para escrever, talões com impressos diversos etc (BRASIL, 1998b, p. 153, grifo nosso).

No último trecho dessa citação, evidencia-se a compreensão de que ambiente e espaço são tratados como sinônimos. A forma dúbia como são tratados esses elementos desorienta ao não explicitar claramente os conceitos necessários ao entendimento das especificidades dos elementos que incidem sobre o trabalho pedagógico do professor. E as evidências continuam:

[...] o professor pode, então, organizar o *ambiente* de forma a criar cantos específicos para cada atividade: cantos de brinquedos, de Artes Visuais, de leitura de livros etc. No canto de artes, podem ser acomodadas caixas que abrigam os materiais, o chão pode ser coberto de jornal para evitar manchas, a secagem das produções pode ser feita pregando os trabalhos em varais ou em paredes, tudo pode ser organizado de forma transitória, mas que possibilite a realização de uma atividade em Artes Visuais (BRASIL, 1998b, p. 110, grifo nosso).

Retomando as quatro dimensões compósitas do conceito de ambiente explicitadas por Forneiro (1998) e analisando-as comparativamente ao explicitado no documento, observa-se a ênfase sobre o pressuposto prático, organizacional, isto é, as questões materiais e físicas. Ou seja, destacam-se os aspectos que a autora associa ao espaço. A compreensão de ambiente não se restringe à organização material, como aponta o RCNEI em vários momentos. Consideramos, pois, que, embora tenha sido uma contribuição im-

portante para o período histórico em que foi elaborado e constitua um marco na construção de políticas para a educação infantil, o documento dificulta a compreensão e concepção do que sejam ambiente/ambiente físico e espaço/espaço físico na educação infantil.

O terceiro documento, denominado *Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil*, foi construído em 2006 e compõe-se de quatro volumes, correspondentes às seguintes denominações: i) Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil volume 1 (2006a) e volume 2 (2006b); ii) Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006c); Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil – Encarte 1 (2006d). Esses documentos fazem parte do processo deflagrado pela Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, conforme publicação do MEC em 2005, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação. Nosso objetivo aqui é trazer alguns elementos para a análise somente dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e do seu encarte.

A organização dos dois volumes dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil que abordam especificamente a construção e reforma da dimensão física ou do espaço, divulgados a partir de 2006, para os segmentos da Educação – Secretarias Municipais de Educação, Instituições de Educação Infantil, Universidades, Conselhos Municipais de Educação, entre outros, levantam questões fundamentais para a organização do ambiente e do espaço. Neles há a defesa, por exemplo, de que a construção das unidades de educação infantil deve incorporar, por intermédio de metodologias participativas, as necessidades e os desejos dos usuários, considerando a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais. Dizem, ainda, que as unidades assegurarão acessibilidade universal, de modo que a autonomia e a segurança garantam os direitos de todos, inclusive das pessoas com deficiência física, sejam elas professores, crianças ou membros da comunidade (BRASIL, 2006c).

Nos volumes denominados Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (2006c, 2006d), encontramos os ditames da proclamação das metodologias participativas. Os documentos consideram as necessidades e desejos dos usuários das unidades de educação infantil e enfatizam a organização de comitês, mediante uma equipe responsável pelo projeto, envolvendo profissionais da educação infantil e representantes da comunidade local, bem como propondo o estabelecimento de parcerias com as universidades e instituições de pesquisas. Embora a questão da participação esteja explícita nos documentos oficiais, no contexto regional no qual se desenvolve esse estudo o planejamento do ambiente e dos espaços desti-

nados à educação infantil ainda é decisão de poucos, entre os quais os políticos e o pessoal técnico-administrativo das prefeituras e secretarias municipais. Os projetos de reformas, ampliações e construções restringem-se aos gestores da secretaria de educação juntamente com os engenheiros, ou, ainda, somente aos engenheiros. As discussões participativas envolvendo, principalmente, os protagonistas do processo efetivo – professores, diretores, pais e as próprias crianças – como usuários dos espaços das instituições de educação infantil – ainda são inexistentes ou simplistas, distante das discussões e proposições apresentadas no documento.

Resta-nos investigar, no entanto, se também nesses documentos pode ser observada a pouca diferenciação entre os termos “ambiente” e “espaço”, conforme já demonstramos ocorrer nos outros dois documentos analisados.

No encarte 1 dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, há orientação sobre como as construções devem ser concebidas a partir da ideia de adequar os *ambientes internos e externos* (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) às práticas pedagógicas, à cultura, ao desenvolvimento infantil e à acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos (BRASIL, 2006c, p.21, grifo nosso). Em outra parte, o texto orienta sobre como os *ambientes* “[...] devem ser bem ventilados visando ao conforto térmico e à salubridade, proporcionando renovação do ar para evitar a proliferação de focos de doenças (alergias respiratórias, por exemplo).” (BRASIL, p. 24, 2006c, grifo nosso).

A descrição do ambiente como uma questão material que envolve o arranjo espacial, as cores, as texturas, assim como o conforto térmico, evidencia que o documento trata o termo “ambiente” como uma questão mais material e física. Conforme argumentos de Forneiro (1998, p. 232), o termo espaço refere-se às questões físicas, aos locais para atividades caracterizados pelos objetos, materiais didáticos, mobília, decoração, entre outros, ao passo que o ambiente refere-se ao conjunto do espaço e às relações que se estabelecem nele.

Em outro trecho as orientações em relação à organização da alimentação são descritas da seguinte forma: prever *ambiente* para refeição das crianças, com cadeiras altas, com bandeja ou similares. Mais uma vez, percebe-se que o sentido de ambiente está relacionado às questões materiais, como cadeiras altas e bandejas. Contudo, na perspectiva de Forneiro (1998), o ambiente envolve o tempo de permanência no espaço do refeitório, a funcionalidade que ele oferece aos seus usuários e a organização dos objetos para o desenvolvimento das interações entre criança e criança e criança e adulto.

Observemos o que documento descreve como ambiente:

Os aspectos estético-compositivos dizem respeito à imagem e à aparência, traduzindo-se em sensações diferenciadas que garantam o prazer de estar nesse *ambiente*. Nessa vertente estão incluídas a diversidade de cores, texturas e padrões das superfícies, o padrão construtivo, as formas, as proporções, os símbolos, os princípios compositivos, enfim, os elementos visuais da edificação, que podem ser trabalhados para despertar os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta da criança, e que, de certa forma, excitam o imaginário individual e coletivo (BRASIL, 2006c, p. 25, grifo nosso).

É possível desprender dessa citação que o termo ambiente mais uma vez é tratado como espaço, pois, fala da “organização do ambiente” no sentido material. Barbosa (2006) ressalta em seus estudos que o ambiente toma uma dimensão mais alargada, no sentido de envolver as dimensões de tempo, de funcionalidade, de relações que ocorrem no espaço.

De acordo com o documento, *ambientes* variados podem favorecer diferentes tipos de interações, e o professor tem papel importante como organizador dos *espaços* em que ocorre o processo educacional (BRASIL, 2006c, p. 10). O texto ressalta que é tarefa do professor:

[...] junto com as crianças, preparar ambiente da Educação Infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam ressignificá-lo e transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado (BRASIL, 2006c, p. 9).

As condições para que professores e crianças preparem o ambiente, na perspectiva de Forneiro (1998), de acordo com suas necessidades de interações, aprendizagens e desenvolvimentos, ocorrem a partir das condições que o espaço oferece. Assim, espaços limitados e precários comprometem o desenvolvimento das aprendizagens das crianças e dificultam a organização das práticas pedagógicas. No entanto, quando o espaço oferece condições físico-materiais, as crianças podem ajudar a organizá-lo junto com os professores, promovendo processos de interação, relação, construção, autonomia, responsabilidades, entre outras possibilidades. Portanto, o ambiente compreendido nas suas dimensões relacional, funcional e temporal oferece mais condições pedagógicas a partir de uma estrutura de espaço existente.

Do mesmo modo que conceitos importantes como o de ambiente e espaço não são tratados com a devida clareza conceitual, encontramos outras partes de texto nos documentos que são vagas. Vejamos, por exemplo: “[...] preparar o ambiente da educação infantil a partir do que o professor sabe que é bom e importante [...]”. Essa orientação é demasiadamente subjetiva, pois somente “[...] saber o que é bom e importante”, descon siderando as contribuições dos fundamentos teóricos que oferecem sustentação para o desenvolvimento das práticas educativas na organização de espaços pedagógicos, não basta.

Assim, o documento, na sua forma de organização e escrita, dificulta visualizar com clareza as especificidades dos termos “ambiente” e “espaço”. Forneiro (1998) traz importantes contribuições a respeito da diferenciação dos termos, explicitando suas atribuições no cerne das práticas pedagógicas. As dimensões apontadas nos estudos da autora permitem aprofundar as discussões teóricas e metodológicas a respeito de ambiente/espaço, considerando o ambiente como um todo indissociado das questões relacionais, funcionais, temporais e físicas, enquanto o espaço corresponde à dimensão física, ou às especificidades materiais, como já mostrado neste trabalho.

4 CONCLUSÃO

Pensar o espaço é, portanto, compreender as questões físico-materiais como os elementos de cor, texturas, piso, altura de janelas, altura das maçanetas das portas, os móveis, a louça do banheiro (torneira, cuba, vaso sanitário, porta toalhas, entre outros), a dimensão métrica das salas, corredores, refeitórios, banheiros, *hall* de entrada; a interligação entre estes espaços; o desenho arquitetônico e suas formas.

Pensar o ambiente, por outro lado, é considerar as interações: criança/criança, criança/adulto, criança/espaço, criança/tempo de permanência na instituição de educação infantil, criança/relação com os elementos do espaço. As questões que envolvem o espaço têm influência sobre o ambiente e este, por sua vez, incide sobre o espaço. Por essa razão acreditamos ser fundamental o entendimento tanto das especificidades de cada conceito em sua dimensão teórico-prática, quanto das relações e implicações que se estabelecem ente eles. Essa diferenciação possibilita aprofundar compreensões que podem resultar na adequação dos espaços pedagógicos na educação infantil. Nos documentos analisados, porém, os conceitos são tratados como sinônimos. Isso, a nosso ver, tem implicações importantes: contribui para o empobrecimento conceitual e dificulta o entendimento e a apreensão de especificidades implicadas nas discussões e práticas que envolvem o trabalho do professor na educação infantil.

Dessa análise, apontamos duas questões como fundamentais: i) fica explícita a responsabilização direta dos professores em relação à oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades significativas, vinculadas ao ambiente e ao espaço. O professor é responsabilizado por questões que não dependem somente de boa vontade, formação, conhecimento e planejamento, mas compreendem aspectos estruturais e materiais que demandam decisões políticas, de financiamento e administrativas; ii) os documentos não apresentam, de forma clara, a diferenciação entre ambiente e espaço, o que consideramos sério, pois tal discernimento é fator importante para que o professor possa se posicionar perante as suas responsabilidades, dificuldades e acertos vivenciados no cotidiano de sua atuação.

Environment and the early childhood education: design in official documents

Abstract

The paper presents a study on the issue of pedagogical space in children's education. The analysis focuses on the Subsidies for Registration and Operation of Institutions of Children's Education - Volume II 1998, the Curricular References for Children's Education 1998, and the Basic Parameters of Infrastructure for Children's Education Institutions 2006 that comprise the documental corpus of research. The objective is to understand, by means of content analysis, the concept of space/physical space and environment/physical environment in these official publications related to education. The survey results show that in official documents the concepts of space and environment are treated as synonyms, contrary to theoretical treatises on the subject and complicating the understanding that the teacher should have on the specifics of each practice developed in the children's educational institutions.

Keywords: Children's Education. Space. Environment. Pedagogical Space. Public Policies for Children's Education.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 1996.

_____. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b.

_____. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006c.

_____. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006d.

CERISARA, Ana Beatriz. O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil no contexto das Reformas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 329-348, 2002.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A Organização dos Espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KUHLMANN, Junior Moyses. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artmed, 1998.

Recebido em 13 de fevereiro de 2012.

Aceito em 2 de maio de 2012.